

ANA MAFALDA NUNES DA COSTA

**A IDENTIDADE MORAL E A INTEGRIDADE SÃO
PREDITORAS DA MOTIVAÇÃO MORAL?**

Orientador: Jorge Ferreira

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Psicologia

Lisboa

2012

ANA MAFALDA NUNES DA COSTA

**A IDENTIDADE MORAL E A INTEGRIDADE SÃO
PREDITORAS DA MOTIVAÇÃO MORAL?**

Tese/Dissertação apresentada para a
obtenção do Grau Mestre em
Psicologia da Educação, conferido pela
Universidade Lusófona de
Humanidades e Tecnologias

Orientador: Professor Doutor Jorge
Ferreira

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Psicologia

Lisboa

2012

A ti que, estando longe, estás sempre perto.

OBRIGADA!

Agradecimentos

Aos meus pais e avós João e Amélia, o meu muito obrigada por tudo o que têm feito por mim, por sempre terem acreditado no meu futuro e por tudo o que passaram para eu poder chegar onde cheguei. Por me terem apoiado em tudo e por sempre tentarem proporcionar a minha felicidade pessoal e profissional, e por me deixarem alimentar todos os meus sonhos, não há palavras que cheguem para eu vos agradecer o suficiente.

Ao meu Freud pelo aconchego e amor que me deu todos os dias, após cada momento de frustração e angústia.

Ao professor Jorge Ferreira por me ter feito apaixonar pela Psicologia da Educação, as dúvidas esbateram-se quando conheci o seu entusiasmo e conhecimento na área onde leciona. Obrigada, também, pelo seu apoio, pela sua ajuda e pelo seu companheirismo.

Aos meus colegas e amigos Fábio Sousa, Marta Mateus, Mónica Tomás, Gonçalo Pedroso e Joana Tavares da Mãos do Mundo pela constante preocupação, apoio, ajuda e força que me deram nesta jornada, e por acreditarem em mim e no facto de que o mundo pode ser um lugar mais bonito e alegre.

À Catarina Faria por me fazer acreditar que ainda podemos fazer a diferença na vida de certas pessoas.

A todas as crianças que se cruzam diariamente no meu percurso de vida, por me fazerem apaixonar todos os dias pela minha futura profissão.

A todos os que me apoiaram, o meu mais sincero obrigada!

Resumo

Com o objetivo de analisar os componentes que induzem o comportamento moral, apoiámo-nos nas teorias psicológicas que admitem a importância do papel das emoções e da identidade na motivação para a ação moral, contrariamente ao que era defendido pelas teorias construtivistas, que apenas referiam a cognição como motor do funcionamento moral. Deste modo elegemos a identidade moral e a integridade como variáveis que podem estar associadas à motivação moral. Participaram 91 adultos emergentes, com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos ($M = 20,63$; $Dp = 2,33$), 14 do género masculino e 77 do género feminino. Para avaliar a motivação moral, a identidade moral e a integridade utilizámos respetivamente a PMAM, EIM e EI. Os objetivos foram verificar se existem diferenças individuais na consciência moral e nas emoções atribuídas a atos de transgressão, se a intensidade das emoções auto-atribuídas varia em função da consciência moral, e se a identidade moral e a integridade estão associadas à motivação moral. Os resultados mostram que existem diferenças individuais tanto na consciência moral como na atribuição de emoções. Os sujeitos avaliaram as transgressões de cuidado, não cuidar de parente e infidelidade, com emoções mais negativas e com maior utilização de consciência moral de transgressão, do que as transgressões anti-sociais, fraude e mentira. Verificámos também que a intensidade emocional varia em função da consciência moral. As categorias de Transgressão Identitária e Transgressão estão associadas com emoções mais negativas e as de Transgressão Relativizada e Não Transgressão estão relacionadas com emoções menos negativas. Foi ainda encontrada associação entre a identidade moral e integridade com a motivação moral, mas apenas para as transgressões anti-sociais.

Palavras-Chave: Ação Moral, Emoção, Identidade, Integridade, Motivação

Abstract

With the goal of analyzing the components that induce moral behavior, we supported ourselves in psychological theories who admit emotions and identity have a important role for motivation to moral action. A view who is against to constructivists theories that defend cognition as the main track to moral functioning. Thus, we selected moral identity and integrity as variables who are related to moral motivations. We evaluated 91 emergent adulthood, with a range of ages between 18 and 25 years old ($M = 20,63$; $Dp = 2,33$), 14 masculine and 77 feminine. For measure moral motivation, moral identity and integrity we used, respectively, PMAM, EIM and EI. The purposes of the study were to find individual differences in moral consciousness and in emotions attributed to transgression acts; if intensity of self-attributed emotions in face of transgressions vary as a function of moral consciousness; and if moral identity and integrity are related to moral motivation. Results show there were individual differences in both measures of moral conscience and emotions. The subjects rated the transgressions of care, do not care for a relative and infidelity, with more negative emotions and greater use of evaluation of transgression in moral conscience, than they did in anti-social offenses, flies and cheat. We also found that emotional intensity varies according to moral conscience. The categories of Identity Transgression and Transgression are related with more negative emotions and those of Relativized Transgression and Transgression are related to less negative emotions. Finally, we find association between moral identity and integrity with moral motivation, but only for anti-social transgressions.

Keywords: Moral Action, Emotion, Identity, Integrity, Motivation

Abreviaturas e símbolos

APA – American Psychological Association

DP – desvio padrão

e.g. – por exemplo

et al – e colaboradores

IM – Identidade Moral

ITG - Integridade

M – média

& - e

Índice

Introdução.....	10
Capítulo 1 – O papel da cognição na motivação moral.....	14
Capítulo 2 – O papel da emoção na motivação moral.....	17
2.1. O fenómeno do Vitimizador Feliz/Infeliz.....	19
Capítulo 3 – O papel da identidade na motivação moral.....	21
3.1. A Identidade Moral.....	22
3.2. A Integridade.....	24
Capítulo 4 – Problema de Investigação.....	26
Capítulo 5 – Método.....	29
Capítulo 6 – Resultados.....	35
Discussão.....	43
Bibliografia.....	45

Índice de Tabelas

Tabela 1. Frequência das categorias de consciência moral.....	34
Tabela 2. Médias e desvios-padrão da atribuição de emoções.....	36
Tabela 3. Médias e desvios-padrão da identidade moral e da integridade.....	36
Tabela 4. Diferenças na atribuição de emoções em função da consciência moral.....	38
Tabela 5. Correlações entre consciência moral, identidade moral e integridade.....	39
Tabela 6. Correlações entre atribuição de emoções, identidade moral e integridade.....	39

Índice de Quadros

Quadro 1. Categorias da consciência moral.....	30
-------------------------------------------------------	-----------

Índice Remissivo Onomástico

A	49
B	49
C	49
D	49
E	49
F	49
G	49
H	49
I	50
J	50
K	50
L	50
M	50
N	50
P	50
R	50
S	50, 51
V	51
W	51
Y	51
Z	51

Introdução

No momento atual em que vivemos há uma crescente preocupação com o aumento de comportamentos disruptivos de violência, mentira, fraude, corrupção, roubo, entre muitos outros, por parte da sociedade, das famílias, das escolas, de todos os que fazem parte da conjuntura que hoje se vivencia. Para uma melhor compreensão do que desencadeia ou ajuda a desencadear este tipo de comportamentos, a Psicologia busca o apoio da psicologia moral. Foi no seguimento dos estudos sobre a motivação para a ação moral dentro da Psicologia Moral (Blasi, 1984, 1995, 2004; Ferreira, 2011) que se baseou a presente dissertação, com o objetivo de analisar outros componentes do funcionamento psicológico que, para além da cognição identificada por Kohlberg (1971, 1976, 1984/1992) como componente do desenvolvimento moral induzem a ação moral, interferem na motivação moral.

O conceito de moral, amplamente estudado na Antiguidade por filósofos e religiosos, foi mais recentemente analisado pela investigação psicológica. Disso são exemplo os estudos de Piaget (1932/1984), e de uma forma mais ampla os estudos de Kohlberg (1976, 1984/1992). Para Kohlberg é a cognição que promove a ação moral. Não negando esta afirmação, Blasi (1983, 1984) procura compreender de forma mais aprofundada o funcionamento psicológico ligado à moral. Assim, descreve a importância das emoções e da identidade na motivação moral e refere a importância da integridade na prática de ações morais.

Na sociedade atual assistimos a uma fragilização da construção identitária por parte dos nossos jovens, devido a questões como a multiculturalidade, a globalização, os media, que dificultam os processos de exploração e definição de compromissos. Estes fatores, associados a uma menor visibilidade das normas e valores morais dificultam os processos de motivação moral (Ferreira, 2011).

Mas é, ainda, necessário expressar o papel fundamental da cultura no processo de construção da identidade de cada indivíduo, pois é a experimentação social que faz com que os mesmos se possam identificar com normas e valores morais, e integrá-los nas suas estruturas psicológicas já existentes. Parece-nos que a diversidade pode ser vista como um ambiente propício para que os sujeitos possam afirmar a sua identidade em contexto social, capacitando os indivíduos para uma maior descentração e respeito pelos que os rodeiam, o que nos faz acreditar que pode ser uma das soluções para que os indivíduos dos dias de hoje possam construir a sua identidade de forma coesa e positiva (Ferreira, 2011).

O facto de atualmente vivermos num ambiente onde coexistem diversos grupos culturais faz com que haja uma grande diversidade de valores, normas e regras, o que leva a

uma menor delimitação das normas culturais, “que frequentemente acabam por favorecer atitudes individuais e grupais negativas, de xenofobia, violência e delinquência” (Ferreira, 2011, p. 22). Também os diferentes tipos de desenvolvimento a que assistimos, como o tecnológico, suscitam uma mudança social no que eram os alicerces tradicionais da moral, o que altera as dinâmicas familiares, educativas, sociais e jurídicas. Esbate-se, assim, a noção do “eu” e do “outro”, diferenciação necessária para a criação de uma identidade coesa, em que cada indivíduo é capaz de aceder à sua escolha de valores éticos e morais próprios, mas consegue ter em conta a perspectiva alheia.

Reside a questão: onde está o limite entre o *bem* e o *mal*? O que é realmente a *moral* e como é que funciona? Por isso nos baseámos, também, nas teorias kohlbergianas, onde se descreve que é necessário que o sujeito conheça o que é o bem e o mal, que os saiba diferenciar para escolher a ação moral (Kohlberg, 1976, 1984/1992). Apesar da sua teoria se basear apenas no papel da cognição como preditor da ação moral, foi pioneiro no que diz respeito à moral e à motivação para agir de acordo com princípio éticos e morais.

Seguimos, então, o modelo descrito por Blasi (1983, 1984, 1995) e estudado por Ferreira (2011) para testar as nossas hipótese, isto é, se: (1) existem diferenças individuais na consciência moral e nas emoções atribuídas a atos de transgressão; (2) as emoções auto-atribuídas perante a prática de transgressões estão associadas à consciência moral, ou seja, à avaliação que os sujeitos fazem das situações apresentadas; e (3) a identidade moral e a integridade estão associadas à motivação moral avaliada pela consciência moral e pela atribuição de emoções.

Tal como Ferreira (2011), pretendemos confrontar o modelo cognitivista descrito por Kohlberg com o modelo multidimensional de Blasi, que enfatiza o papel das emoções, da identidade e da integridade para o bom funcionamento do comportamento moral.

No capítulo 1 analisamos o modelo de Kohlberg (1984/1992) e a importância da cognição na motivação para a ação moral, focando ainda trabalhos pioneiros como os de Piaget (1932) e de Selman (1980).

No capítulo 2 analisamos o papel das emoções na motivação moral, onde descrevemos a emergência da representação da realidade através da atribuição emocional enquadrada pelos trabalhos sobre o Vitimizador Feliz/Infeliz (e.g., Nunner-Winkler e Sodian, 1988).

O capítulo 3 foca o papel da identidade na motivação moral, dando ênfase ao *modelo de self* proposto por Blasi (1984), formado por componentes cognitivas e não cognitivas.

Aprofundamos ainda a nossa análise com apoio nos trabalhos de Schlenker (2008), do qual emergem noções de Integridade e Responsabilidade Social, que descrevem a importância do compromisso com princípios e valores éticos na motivação para a ação moral.

No capítulo 4 apresentamos o problema e as hipóteses de investigação.

No capítulo 5 descrevemos o método utilizado na realização do estudo, incluindo a definição dos critérios de seleção da amostra e as medidas e procedimentos selecionados.

No capítulo 6 apresentamos os resultados obtidos.

No capítulo 7 efetuamos a discussão dos resultados obtidos bem como algumas propostas para investigações futuras no mesmo âmbito desta dissertação.

Para as citações e referências bibliográfica que estão identificadas ao longo do texto foram utilizadas as normas da APA.

Capítulo 1. O papel da cognição na motivação moral

A relação entre cognição e ação moral foi intensamente analisada ao longo dos anos, em diversos estudos, onde foram encontradas evidências que o desenvolvimento cognitivo, particularmente a evolução de uma lógica concreta para uma lógica formal (Inhelder & Piaget, 1958; Piaget, 1936, 1983) são determinantes para a elaboração dos juízos morais (Walker, 1980).

Os estudos de Selman (1980), baseados no desenvolvimento interpessoal e nos processos de compreensão das relações entre pessoas, conduziram-no à formulação de uma teoria sobre o desenvolvimento interpessoal, baseada na noção de *tomada de perspectiva social*. Esta noção descreve a capacidade de descentração sociocognitiva, ou seja, a capacidade para inferir e compreender as situações tendo em consideração o ponto de vista dos vários intervenientes e, até, de a integrar numa totalidade social. A tomada de perspectiva social foi muito utilizada na compreensão da relação entre a cognição e a moralidade, particularmente por Kohlberg (1984/1992) que a utilizou para diferenciar os níveis fundamentais de compreensão moral.

Kohlberg (1984/1992) refere que para haver desenvolvimento moral é necessário que haja um conjunto de transformações cognitivas que acompanham todo o processo de maturação de cada sujeito (Bordignon, 2009), o que faz aumentar a coesão entre a cognição e a ação moral (Kohlberg & Candee, 1984). Os autores afirmam a existência de dois tipos de juízos, os *deônticos* e os *de responsabilidade*, sendo os primeiros os que regulam o que está moralmente correto conduzindo à tomada de decisão, e os segundos estão internalizados, implicando um contrato do sujeito consigo mesmo, que conduz à prática da ação moral. Ambos os juízos medeiam a relação entre a estrutura cognitiva e a própria ação moral, atuando no cerne da consistência moral de cada sujeito, transformando os *juízos deônticos* em *juízos de responsabilidade*. A realização concreta da ação moral implicará, também, a existência de domínios não morais que Kohlberg e Candee (1984) designaram por *Forças do Ego*.

Deste modo, a cognição e o conhecimento moral são o motor principal para a compreensão da motivação moral (Kohlberg & Candee, 1984). Para Kohlberg (1976) todos os sujeitos têm uma disposição inata para agirem de forma justa através da aplicação do conhecimento moral adquirido ao longo do seu desenvolvimento, através da estruturação de mecanismos de raciocínio lógico, de perspectivismo social e de pensamento moral, o que “implica portanto a adopção de um ponto de vista moral, de princípios éticos universais” (Ferreira, 2011, p 114).

As competências não morais invocadas por Kohlberg e Candee (1984) nunca foram suficientemente desenvolvidas e o seu modelo explicativo da motivação moral permanece centrado na cognição. Mas, o próprio Kohlberg admitiu que as pessoas nem sempre agem de maneira consistente com os seus juízos. Terão sido alguns dos seus discípulos a explorar verdadeiramente esta afirmação. Por exemplo, Rest (1984) desenvolveu uma conceção do funcionamento moral que, ao invés da cognição, enfatizou a ação moral, mostrando a importância dos processos psicológicos do ego, como as emoções, a motivação e personalidade ou identidade. O próprio Piaget (1932/1984) admitiu que o desenvolvimento moral e a formação da personalidade constituem um único processo pelo que, na perspetiva de Ferreira (2011), o juízo moral espontâneo e a motivação moral são expressões da identidade pessoal e não podem ser explicados por componentes específicos e relativamente independentes dessa identidade.

Neste sentido, as emoções e os processos identitários podem ter um papel importante na motivação moral.

Capítulo 2. O papel da emoção na motivação moral

As emoções, principalmente a partir dos trabalhos de Rest (1984) começaram a ser progressivamente incluídas no estudo da conduta moral. Mas como poderão as emoções ter um papel importante na conduta moral?

A teoria das emoções diferenciais pressupõe a existência de emoções inerentes ao equipamento biológico dos indivíduos, as emoções primárias, sendo posteriormente desenvolvidas outras que são adquiridas ao longo do ciclo vital, denominadas por emoções secundárias ou sociais, aprendidas através da interação social (Izard, 1977). As emoções secundárias surgem através da emergência da representação da realidade percebida pelo sujeito e do processo de aquisição progressiva da consciência de si (Abe & Izard, 1999). Os autores dão ênfase ao papel das emoções de vergonha e de culpa, emoções morais, fundamentais na prevenção do comportamento transgressor relativamente às normas sociais em diferentes contextos e, igualmente, na consciencialização dessas mesmas normas. Na infância realiza-se uma auto-avaliação dos comportamentos, o que leva as crianças a desenvolverem emoções morais que potenciam o auto-conhecimento.

De acordo com a teoria social das emoções ou teoria dos sistemas dinâmicos (Fogel et al, 1992) as emoções surgem através da relação entre o indivíduo e o contexto social onde se encontra inserido, negando-se a sua origem inata.

A competência social relaciona-se assim com a aprendizagem e o funcionamento do sistema de emoções morais que tem um papel primordial na regulação do comportamento humano e, conseqüentemente, da ação moral (Ferreira, 2011).

De referir que as emoções desempenham uma importante função adaptativa (Lazarus, 1991), visto que estão intimamente ligadas à relação do indivíduo consigo mesmo e com o ambiente que o rodeia, o que leva a um processo de auto-avaliação dos seus objetivos, do investimento para a concretização desses mesmos objetivos e nas expectativas sobre o que será e o que poderá ser a sua vida futura, aumentando ou diminuindo a auto-confiança para a realização de todas as suas expectativas. Podemos, assim, considerar que as emoções estão na base dos processos motivacionais e que deles não se podem separar, pois são as diversas situações que o ambiente proporciona ao sujeito que fazem com que este sinta emoções positivas ou negativas, o que faz emergir a *identidade do ego* (Lazarus, 1991), ou seja, “processos emotivo-motivacionais (...) intrinsecamente ligados ao *self*” (Ferreira, 2011, p. 123). São estas relações entre o sujeito e o ambiente que contribuem para a individualização das suas respostas emocionais, coordenando as interações sociais e a compreensão das regras sociais, favorecendo a aquisição de normas e valores que irão constituir o *self* (Keltner &

Haidt, 1999), ou seja, favorecendo a construção de uma identidade moral, de acordo com o meio onde está inserido, que passa a ser o sistema interno que orienta o sujeito para a sua ação, e que interfere diretamente com a motivação do sujeito para a realização desta ou daquela conduta.

Assim, o sistema emocional de cada sujeito funciona através de mecanismos de adaptação, o que se traduz na classificação das diversas situações e dos objetos que rodeiam o sujeito, que leva à organização e orientação dos eventos e dos comportamentos inerentes ao sujeito, o que se reflete na motivação para o desempenho da ação (Bretherton, Fritz, Zahn-Waxler, & Ridgeway, 1986; Campos, Barrett, Lamb, Goldsmith, & Steinberg, 1983). Então, a apropriação emocional das diferentes situações na estruturação do conhecimento moral contribui para que o sujeito aja moralmente, de acordo com os seus princípios e crenças morais, aumentando a compreensão da inter-relação entre o funcionamento cognitivo e a própria ação moral do indivíduo (Blasi, 1983, 1995, 1999; Lourenço, 2002). É neste contexto investigativo que, suportado na conceção funcionalista das emoções, se desenvolveu o estudo denominado de *Fenómeno do Vitimizador Feliz/Infeliz* (Nunner-Winkler & Sodian, 1988).

2.1. O fenómeno do Vitimizador Feliz/Infeliz

Em busca da compreensão dos mecanismos que originam o desencadear da ação moral, Nunner-Winkler e Sodian (1988) iniciaram os seus estudos com base nas conclusões dos estudos de Kohlberg, através de histórias que relatavam transgressões morais, relacionados com condutas pró e anti sociais (Nunner-Winkler, 1984).

Os estudos nesta área desenvolvidos por Eisenberg (1986) são de extrema importância, visto que tentam explicar a conceção dos domínios social e moral de cada sujeito. Foi no seguimento de tais estudos que, através da utilização de pequenas histórias que relatam transgressões do tipo pró-social e anti-social, com o objetivo de analisar a descentração emocional de cada sujeito, se estudaram as emoções atribuídas ao indivíduo transgressor/vitimizador da história (Ferreira & Sargento, 2007). As respostas atribuídas às diferentes situações apresentadas teriam uma justificação orientada segundo três tipos: (a) direcionada para a obtenção de ganhos ou resultados extraídos diretamente da ação, denominada por *justificação orientada para a ação*; (b) referente a possíveis punições provenientes da ação, *justificação orientada para as sanções externas*; e, por fim, (c) quando o sujeito expõe emoções morais tanto pela ação como pelas suas consequências, *justificação orientada para a moral*.

A atribuição de emoções a um vitimizador pode ser percebida a partir de uma perspectiva desenvolvimental que, por isso, permite estudar o desenvolvimento moral (Lourenço, 1997, 1998).

Verificou-se uma diversidade de resultados em diversos estudos efetuados (e.g., Arsenio & Kramer, 1992; Harter & Whitesell, 1989; Yuill, Perner, Pearson, Peerbhoy & Ende, 1996), com crianças de diferentes grupos etários, e até com adultos (Murgatroyd & Robinson, 1977), o que veio questionar a importância dos processos cognitivos na atribuição de emoções morais e na própria motivação pessoal para agir moralmente o que “*sugere portanto que a motivação para agir moralmente pode depender de uma complexidade de fatores e que, para além da maturidade cognitiva, outros componentes psicológicos podem desempenhar um papel importante*” (Ferreira, 2011, p. 162).

Para aumentar o conhecimento da competência moral analisada pelo vitimizador feliz, Lourenço (2000, 2001) propôs uma modificação metodológica por considerar que a pergunta utilizada, *como se sente o vitimizador depois da transgressão*, continha um carácter meramente descritivo e que contrariava a natureza prescritiva da moral. Tentou, então, perceber se esta questão, deontica, permitiria a distinção entre vitimizadores felizes aparentes, que mudam a atribuição de emoções positivas, na pergunta fatural, para emoções negativas, na pergunta deontica, e vitimizadores felizes verdadeiros, ou seja, que mantêm a atribuição de emoções positivas na questão deontica (Lourenço, 2000, 2001). Lourenço (1998), introduziu ainda uma pergunta que solicitava o ponto de vista do próprio, *se tivesses feito isto o que sentirias*, ao invés do ponto de vista do outro. Mais uma vez seria pertinente perceber se existiam mudanças atribucionais em função das perguntas, uma hipótese testada em alguns estudos (Ferreira, Amorim, Patrício, Santos & Venâncio, 2007; Ferreira & Sargento dos Santos, 2007). Em ambos os estudos, com poucas exceções, as emoções negativas e as justificações orientadas para a moral aumentaram nas perguntas deontica e do próprio, embora as diferenças encontradas nem sempre fossem estatisticamente significativas.

Mas permanecia ainda uma questão por esclarecer, a persistência de emoções positivas em idades além dos 8/9 anos. Serão os indivíduos que dão estas respostas moralmente incompetentes? Ou será que outros fatores interferem nos julgamentos que fazem?

Capítulo 3. O papel da identidade na motivação moral

3.1. A identidade moral

Sabe-se hoje que a moralidade é um conceito em que a sua compreensão e aquisição nem sempre acontece da mesma forma (Aquino & Reed II, 2002), o que faz com que diversos autores se questionem sobre os processos que induzem a ação moral, ou seja, de motivação moral, que levam os sujeitos a agirem de acordo com juízos mais ou menos morais (Colby & Damon, 1992, 1995; Ferreira, 2011). Agir de acordo com os princípios, valores e crenças individuais será, assim, determinante de uma identidade moral consistente (Colby, 2002).

Apesar das crenças e valores morais serem comuns à maior parte das pessoas, a forma como são valorizados varia entre os indivíduos (Damon, 1977). Devido a questões intrínsecas dos *self*, tal como a personalidade e os seus traços mais marcados, cada sujeito atribui diferentes níveis de importância aos conteúdos morais, o que influencia diretamente a formação e construção da identidade moral e, conseqüentemente, a motivação para a ação moral. Bergman (2002) analisou criticamente as diversas concepções sobre a motivação moral, tendo concluído pela relação entre o raciocínio moral individual, em que cada sujeito intensifica, ou não, o seu conhecimento moral, e a identidade, ou seja, o conhecimento das características que compõem o seu *self* (Colby, 2002; Ferreira, 2011).

Para Kohlberg (1971), o raciocínio moral era visto como um auxiliar de informação moral de cada sujeito, sendo um preditor do comportamento moral, visando a identificação dos mecanismos internos que levam à ação moral, como é exemplo o ego e a capacidade de controlo do mesmo (Aquino & Reed II, 2002; Kohlberg & Candee, 1984). Assim, para existir consistência moral é necessário que haja uma interação entre o *self* e todo o sistema que compõe a moralidade individual. Quando esta interação funciona como uma estrutura integrada, o sujeito passa a agir em conformidade com o seu sistema moral, em que todas as decisões que toma já não são causadoras de um conflito moral interno, ou seja, há uma ligação direta entre o raciocínio moral e a ação moral (Bergman, 2002, 2004). Verifica-se, então, uma relação constante entre o sistema cognitivo, a identidade, a ação moral e os princípios motivacionais para a mesma (Blasi, 1983).

Blasi (1983) partiu de uma primeira análise da relação entre a cognição e a ação moral, onde verificou que, apesar da cognição ser um motor de motivação moral pela avaliação e reflexão que permite das diferentes situações morais, não é o único sistema implicado na estrutura de funcionamento moral de cada sujeito.

Surge, assim, um *novo modelo de self* (Blasi, 1984), formado por características de motivação cognitiva e não-cognitiva, ou seja, um modelo formado pela dimensão cognitiva

absoluta, e a necessidade de satisfazer as suas questões afetivas e emocionais. Blasi (1983) considera de extrema importância todos os processos que envolvem o Ego e a formação do *self*. Assiste-se, então, a uma “*procura interna de auto-consistência psicológica*” (in Ferreira, 2011, p. 198), em que um elevado controlo do ego aumenta, conseqüentemente, a probabilidade dos sujeitos agirem de acordo com a sua identidade moral, isto é, de acordo com o seu *self*.

Para descrever, então, o construto de identidade moral, Blasi (1984) procura na teoria de Erikson (1964) pressupostos-chave da noção de identidade, definindo-a como um reflexo da realidade percebida por cada sujeito, sendo composta por questões de fidelidade individual e que, por sua vez, está integrada no núcleo do *self*. Em 1964, Erikson refere que uma identidade verdadeiramente enraizada em cada sujeito pressupõe que a sua ação seja efetuada de acordo com as suas crenças e valores, havendo um respeito intrínseco pela sua própria pessoa, ou seja, agir em consonância com as crenças morais é um aspeto de grande importância para classificar um sujeito como moral, para além de ser um indicador da existência de uma reflexão com o *self* moral.

A identidade pode variar consoante os elementos que dela fazem parte, isto é, de sujeito para sujeito, apesar de existirem características morais que tendem a ser comuns para a maior parte dos sujeitos (Blasi, 1984), o que implica a existência de *integridade* e *responsabilidade* para que a ação moral vá de encontro aos conteúdos morais e identitários individuais (Blasi, 1984; Ferreira, 2011). A ação moral é, então, marcada pela motivação em agir de acordo com princípios morais concretos, pois um sujeito irá agir em consonância com o seu *self* quando cognitivamente entender que essa ação é um reflexo da sua identidade (Blasi, 2004), havendo a necessidade de integrar e modificar os juízos pessoais morais e identitários, de forma a que haja uma elevada integridade pessoal, a que Blasi (1995) deu o nome de *experiência subjetiva da identidade*. Surge, pois, um novo conceito agregado à identidade moral, o conceito de personalidade (Ferreira, 2011). Este conceito agrega em si a compreensão dos diferentes conteúdos morais do ponto de vista do funcionamento de cada sujeito na sua totalidade.

Para Blasi (2004) há uma necessidade de se valorizar as relações entre a cognição, a identidade moral e o ego, que permitem que o indivíduo sinta os juízos morais emitidos como corretos mas, também, como seus porque se identifica com eles; a motivação para a ação moral beneficia quando o sujeito sente uma “*desejabilidade intrínseca*”, ou seja, sente a ação como sua, como estando de acordo com a sua identidade (Ferreira, 2011).

3.2. A Integridade

Aliado ao conceito de moral surge o de ética como um processo que orienta o sujeito na sua ação moral, fornecendo à identidade moral esquemas de comportamento e de comprometimento aos seus valores e crenças (Schlenker, 2008). Este comprometimento moral está intrinsecamente ligado à relação entre o raciocínio moral e o comportamento, ou seja, à ação moral, pois há uma ligação direta aos princípios éticos e à responsabilidade de cada sujeito.

Torna-se essencial para o sujeito criar um compromisso com os seus valores e prescrições morais, onde o *self* atua como agente de descodificação dessas normas morais, o que contribui para uma melhor compreensão das mesmas por parte do sujeito e induz a ação moral. Desta forma, o sujeito orientará a sua ação de acordo com o que acha certo ou errado, agindo de acordo com a sua *identidade moral* (Schlenker, 2008), estruturando os seus mecanismos de funcionamento cognitivo e moral para que haja um aumento motivacional quando pratica ações morais justificáveis de acordo com o *self* de cada sujeito (Schlenker et al, 1994), ou seja, é fulcral que o sujeito sinta que a decisão tomada para a realização da sua ação moral foi tomada por livre vontade, por ser uma escolha individual e própria de si, consistente com o seu *self*, e que permita que as consequências após a sua concretização sejam recordadas para posteriores avaliações, isto é, se a decisão foi correta ou incorreta, a que se designa por *Integridade*.

Segundo Peterson e Seligman (2004), a integridade está intimamente ligada com a saúde mental, o bem-estar psicológico e a eficácia interpessoal, implicando também valores sociais e relacionais, sendo que um sujeito íntegro é socialmente honesto, confiável e baseia as suas relações no conceito da mutualidade.

Socialmente, agir com base em valores que refletem *Integridade* pode nem sempre ser positivo, o que conduz, por vezes, à existência de *ideologias de conveniência*, adotadas com o objetivo de haver aprovação e identificação com um determinado grupo de indivíduos. Estas ideologias fazem com que os sujeitos não ajam de acordo com os seus princípios éticos, deixando-os de lado para dar ênfase aos conceitos de sucesso e felicidade, que os sujeitos aliam pela fácil adaptação social (Miller & Schlenker, 2007).

De acordo com Schlenker (2008), sujeitos que orientam as suas vidas de acordo com o materialismo e o conforto revelam baixo níveis de integridade, surgindo comportamentos de psicopatia, em oposição aos que dão ênfase à identidade pessoal e que na relação interpessoal revelam empatia e amabilidade, criando laços de confiança com os outros que os rodeiam.

Apesar de tais resultados (Schlenker, 2008), surge a questão central de: *como poderão os níveis de integridade e comprometimento moral aumentar o investimento identitário e o sentido de responsabilidade e do self?* O modelo de Schlenker (1997) responde a esta questão invocando processos interpessoais, principalmente a natureza da responsabilidade, ou seja, a tendência do indivíduo para assumir o auto-controlo do próprio comportamento, o que é particularmente importante para a sua integração no contexto grupal.

A responsabilidade é, então, reguladora dos limites dos valores e crenças de cada sujeito, adquiridas através do processo de socialização e de identificação enquanto ser social e pertencente a um determinado grupo. O sujeito passa a ser capaz de regular as suas ações de acordo com as normas sociais e com as normas que constituem a sua identidade, em que a responsabilidade passa a ser individual mas também grupal, pois sujeitos responsáveis agem corretamente por si mas também pelos outros, isto é, responsabilidade implica agir de acordo com o *self*.

Com o objetivo de melhorar o entendimento sobre o conceito de *responsabilidade*, foi desenvolvido por Schlenker o *Modelo Triangular da Responsabilidade* (Schlenker, Britt, Pennington, Murphy, & Doherty, 1994), que se baseia em: 1) existência de normas e valores inteligíveis, a que designou por *clareza da prescrição*; 2) o vínculo de cada sujeito a essas mesmas normas e valores, designada por *obrigação pessoal*; e, por fim, 3) auto-regulação do comportamento aquando de diversas situações, ou o *controlo pessoal*. É então que se verifica que sujeitos que não se comprometem com princípios éticos e morais não sentem necessidade de agir de forma íntegra e responsável, em que se verifica de forma constante uma desresponsabilização das transgressões que possam ocorrer (Schlenker, Miller, & Johnson, 2009), o que faz com que a tríade do modelo triangular da responsabilidade se encontre fragilizada nestes mesmos sujeitos, não existindo qualquer investimento no desenvolvimento do *self* identitário.

Em suma, um indivíduo moral e identitariamente desenvolvido adquiriu *sentido de responsabilidade*, inerente a uma ideologia ética, em que a formação da sua identidade está intimamente ligada a processos de internalização de normas e valores éticos e morais, reguladores do comportamento moral, a que se deu o nome de *Integridade* (Schlenker, 2003, 2008; Schlenker et al, 1994; Schlenker, Miller & Johnson 2009; Schlenker, Weigold & Schlenker, 2008).

Capítulo 4. Problema de Investigação

A revisão da literatura efetuada apoia a convicção de que, além da cognição, existem outros componentes psicológicos que participam no processo de motivação moral, nomeadamente, ligados à identidade e ao *self* do indivíduo. O modelo do *self* de Blasi (1980, 1983, 1984, 1989), afirma a existência de diferenças individuais na força motivacional, relacionadas com a formação da identidade moral, ou seja, com a importância ou centralidade atribuída aos conteúdos morais da sua identidade por cada indivíduo. A identidade moral constitui, assim, um componente significativo para a indução da motivação moral.

Além da centralidade dos conteúdos morais é importante que o indivíduo desenvolva um compromisso com os princípios éticos e morais que fazem parte do seu *self*, com o objetivo de que possa agir em conformidade com esses mesmo princípios; este auto-compromisso, designado de *integridade* por Schlenker (1997, 2008; Schlenker *et al*, 1994; Schlenker *et al*, 2008; Schlenker *et al*, 2009) foi descrito como uma ideologia ética que varia num contínuo entre o compromisso com princípios morais ou a ideologia da conveniência e que faz aumentar ou diminuir a motivação moral.

A noção de motivação moral foi avaliada através de uma versão da medida construída por Ferreira (2011) que pressupõe que as emoções morais constituem um bom preditor da forma como as pessoas avaliam e agem em situações morais, quer em contextos laboratoriais, quer em contextos naturais (Asendorpf & Nunner-Winkler, 1992; Hughes e Dunn, 2000; Nunner-Winkler, 1999; e Malti, citada por Krettenauer & Eichler, 2006). Deste modo a intensidade da atribuição de emoções perante atos de transgressão, avaliada por uma escala, foi utilizada como indicador da predisposição para uma determinada conduta, mais moral ou imoral.

Nesta medida, tal como no estudo de Ferreira (2011), foram utilizadas transgressões anti-sociais, de mentira e fraude, mas também foram utilizadas transgressões pró-sociais ou de cuidado, infidelidade e não tomar conta de um parente, cujas histórias foram baseadas na medida de Skoe, *Ethic Care Interview*, e que foi utilizada em alguns estudos para descrever os diferentes níveis de raciocínio do cuidado (e.g., Pratt, Skoe & Arnold, 2004).

A medida de motivação moral inclui ainda uma avaliação do que foi designado de *consciência moral* por Ferreira (2011). Embora a cognição moral não seja suficiente para explicar a motivação moral ela continua a ter um papel importante na aprendizagem das normas e regras do ambiente e, portanto, na aquisição do conhecimento moral (Blasi, 1995, 1999), um conhecimento que pode ser descrito como objetivo. Contudo, como vimos antes, a transformação deste conhecimento moral em força motivacional suficiente para induzir a ação

moral eleita depende de outros componentes psicológicos, como as emoções (Rest, 1984). As emoções e as cognições podem associar-se para construir uma unidade motivacional para a ação moral (Ferreira, 2011), uma motivação que aumenta quando este conhecimento é integrado na identidade e passa a constituir algo com que o indivíduo se identifica e de que não prescinde (Blasi, 1995, 2004).

Na perspetiva de Ferreira (2011, p. 226) *“o conhecimento moral objetivo, mais associado à compreensão cognitiva das regras e normas aprendidas na interação social, interage com um conhecimento moral subjetivo que está associado à integração das emoções e do conhecimento moral no sistema de self, ou seja, ao desenvolvimento da identidade”*.

Uma boa medida de motivação moral tem portanto de incluir a avaliação do conhecimento moral subjetivo que o indivíduo mobiliza conjuntamente com o conhecimento moral objetivo para avaliar as situações sociais, particularmente as de natureza moral. Uma medida que, de acordo com as teses de Blasi (e.g., 1984, 1995, 2004), pode avaliar as presumíveis diferenças individuais na motivação moral

Deste modo iremos testar as seguintes hipóteses:

1. existem diferenças individuais na consciência moral e nas emoções atribuídas a atos de transgressão;
2. as emoções auto-atribuídas perante a prática de transgressões estão associadas à consciência moral, ou seja, à avaliação que os sujeitos fazem das situações apresentadas; esperamos encontrar diferenças na intensidade da emoção atribuída em função do tipo de consciência ou avaliação moral;
3. a identidade moral e a integridade estão associadas à motivação moral avaliada pela consciência moral e pela atribuição de emoções.

Capítulo 5. Método

5.1. Participantes

Participaram no estudo 91 adultos emergentes, estudantes do ensino secundário e superior, 14 masculinos (15,4%) e 77 femininos (84,6%) com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos ($M = 20,63$; $Dp = 2,33$). Foram eliminados os sujeitos que apresentavam problemas de aprendizagem.

5.2. Medidas

Foram utilizadas três medidas, a escala de identidade moral (EIM) de Ferreira (2011), a escala de integridade (Ferreira, 2011) e uma versão da PMAM (Ferreira, 2011).

Integridade

A medida de integridade utilizada foi a escala validada por Ferreira (2011) a partir da *Integrity Scale* de Schlenker et al, (2008). Esta escala mede o compromisso da pessoa com os princípios morais e é composta por 12 itens que avaliam o valor intrínseco de uma ação com base em princípios éticos (e.g., *a integridade é mais importante que ganhos financeiros*), a estabilidade do compromisso com os princípios apesar das tentações e dos custos (e.g., *o verdadeiro teste de carácter está na vontade férrea em defender os próprios princípios sem considerar o preço que se tem de pagar*) e a falta de vontade para efectuar racionalizações sobre o comportamento sem princípios (e.g., *algumas acções são erradas quaisquer que sejam as consequências ou as justificações que lhes estão subjacentes*). A versão portuguesa, tal como na medida original, é constituída por apenas um fator designado de integridade. A escala portuguesa apresenta boa fidelidade ($\alpha=0,80$).

Identidade Moral

Para medir a identidade moral foi utilizada a escala construída por Ferreira (2011) composta por um diferenciador semântico com itens relacionados com atributos morais avaliados pelos sujeitos numa escala tipo *likert* de 7 pontos, em que 1 é *nada importante* e 7 significa *extremamente importante*. A escala tem boa consistência interna ($\alpha = ,94$).

Motivação Moral

Para medir a motivação moral utilizámos a prova construída por Ferreira (2011), composta por duas medidas, uma de consciência moral e outra de atribuição de emoções face a situações de transgressão.

A intensidade das emoções atribuídas foi avaliada pela utilização de 4 histórias de transgressão, duas anti-sociais relacionadas com deveres negativos, mentira e fraude, e duas de cuidado, relacionadas com deveres de responsabilidade e cuidado interpessoal, infidelidade e não cuidar de parente. Foi utilizada uma questão de auto-atribuição, *Como é que te sentirias se tivesses cometido esta ação que (X) fez?* avaliada numa escala *likert* de 7 pontos: 1 (extramente bem), 2 (muito bem), 3 (bem), 4 (neutro), 5 (mal), 6 (muito mal) e 7 (extramente mal).

A consciência moral é avaliada pela análise das justificações utilizadas para a emoção atribuída e para o juízo moral emitido sobre a situação e, ainda, por esse mesmo juízo. Para Ferreira (2011), a associação destas justificações e do juízo moral numa unidade de análise constitui uma medida inovadora da motivação moral pois permite simultaneamente ter em conta um conhecimento moral objetivo, mais apoiado nas cognições e um conhecimento moral subjetivo, mais apoiado nas emoções e no conhecimento de *self*. A classificação das respostas é feita através de um sistema de 4 categorias encontradas por análise de conteúdo com recurso ao método da *grounded theory* (Strauss & Corbin, 1990). Destas 4 categorias três foram originalmente encontradas na primeira versão da medida, não transgressão, transgressão relativizada e transgressão; a quarta categoria, transgressão identitária foi encontrada na utilização da medida nos estudos desenvolvidos por Ferreira (2011) na sua tese de doutoramento.

As categorias encontradas, e respetivos exemplos prototípicos, estão representadas no quadro seguinte (Ferreira, 2011, pp 233-234).

Quadro 1.
Categorias da consciência moral

Categoria	Definição	Exemplos Críticos
<p>Não Transgressão (NT)</p>	<p>Não identifica a ação-alvo como uma transgressão e apresenta argumentos para justificar a sua legitimidade pessoal e social.</p> <p>O sujeito descreve ou classifica a ação-alvo e/ou as suas consequências, expressando uma</p>	<p>História de Mentira</p> <p><i>“Ajudou a família e ficou com um emprego. Se a Leonor precisava tanto do trabalho e se ajudou uma família a sair do desespero por o seu filho não ir preso, penso que não foi uma</i></p>

	<p>avaliação positiva e/ou relacionando-as com uma conduta socialmente possível, frequente ou desejável, uma conduta necessária, eficaz ou apropriada às circunstâncias ou uma conduta que manifesta competência do sujeito que a pratica.</p>	<p><i>má acção”.</i></p> <hr/> <p>História de Fraude</p> <p><i>“Simplesmente utilizou algo útil para ter sucesso.</i></p> <p><i>A questão é todos os alunos o poderiam ter feito, porque se ele o fez... Não quer dizer que soubesse mais ou menos que os outros, simplesmente recorreu a uma “ferramenta” bastante útil”.</i></p>
<p>Transgressão Relativizada (TR)</p>	<p>Identifica a acção-alvo como uma transgressão, mas apresenta argumentos atenuantes para justificar a sua legitimidade pessoal e/ou social.</p> <p>O sujeito descreve ou classifica a acção-alvo e/ou as suas consequências, expressando uma avaliação negativa e/ou normativa sobre a conduta, a categoria de conduta e/ou a personalidade do transgressor, mas relacionando a acção-alvo a uma conduta socialmente possível, frequente ou desejável, uma conduta necessária, eficaz ou apropriada às circunstâncias ou a uma conduta que manifesta competência do sujeito que a pratica.</p>	<p>História da Mentira</p> <p><i>“Leonor ilibou um criminoso (mal); aproveitou a oportunidade (bem).</i></p> <p><i>É óbvio que o acto de ilibar um criminoso não é a melhor das opções; mas, devido aos problemas financeiros e ao fraco modo de vida, na minha opinião, temos sempre que pensar primeiro em nós. Se temos oportunidade de ficar melhor, seja qual for o aspecto em causa, há que aproveitar e seguir em frente”.</i></p> <hr/> <p>História de Fraude</p> <p><i>“Fazer cábulas é algo condenável mas neste caso foi um investimento de futuro.</i></p> <p><i>Apesar de ter feito cábulas conseguiu passar num exame decisivo para o seu futuro tendo mérito próprio pelo feito”.</i></p>
<p>Transgressão</p>	<p>Identifica a acção-alvo como uma</p>	<p>História de Cuidado</p>

<p>(T)</p>	<p>transgressão e apresenta argumentos para justificar a sua ilegitimidade pessoal e/ou social.</p> <p>O sujeito descreve ou classifica a acção-alvo e/ou as suas consequências, expressando uma avaliação negativa e/ou normativa sobre a conduta, a categoria de conduta e/ou a personalidade do transgressor.</p>	<p><i>“Fez mal porque apesar de não ter contacto mútuo com a sua mãe a verdade é que foi ela quem lhe trouxe ao mundo e ela devia dar importância a isso”</i></p>
		<p>História de Mentira</p> <p><i>“Uma mentiu e o pai subornou. Porque ao ter tomado esta atitude era como se tivesse cometido um crime, estava a ser cúmplice do criminoso”.</i></p>
		<p>História de Fraude</p> <p><i>“Não se usam cábulas em exames. Os colegas talvez se tenham esforçado e ficaram pelo caminho.</i></p> <p><i>O Artur passou no exame sem saber nada da matéria; aqueles alunos que estudaram e se esforçaram ficaram pelo caminho. Quando usar a sua bolsa o Artur não sabe nada”.</i></p>
		<p>História de Infidelidade</p> <p><i>“O facto de aceitar um encontro íntimo com outra pessoa parece-me imoral, sentia-me desconfortável”</i></p>

Foi acrescentada uma quarta categoria em função dos resultados obtidos por Ferreira (2011, p. 335): *“alguns sujeitos que observámos formulavam explicitamente os princípios morais com os quais mantinham uma relação de compromisso muito forte, expressando-os através de enunciados de natureza abstrata como, por exemplo, “sem dignidade o homem não é nada”. Ora, este tipo de argumentação é claramente representativo da ideologia de princípios morais, proposta por Schlenker (2008), e está associado a uma elevada*

integridade. Dito de outro modo, estes enunciados parecem funcionar como grelhas de leitura da realidade, altamente marcadas por uma componente moral, que induzem um sentido de responsabilidade pessoal e social muito forte que orienta o sujeito para a acção moral (Schlenker et al., 1994, Schlenker et al, 2001)". Esta categoria foi designada de de transgressão identitária:

Identifica a acção-alvo como uma transgressão e apresenta argumentos para justificar a sua ilegitimidade pessoal e/ou social. Além disso, através da manifestação de emoções morais de culpa ou similares e/ou de total compromisso com os princípios éticos expressa impossibilidade de praticar este tipo de acção. O sujeito descreve ou classifica a acção-alvo e/ou as suas consequências, expressando uma avaliação negativa e/ou normativa sobre a conduta, a categoria de conduta e/ou a personalidade do transgressor e, também, o sentimento de incompatibilidade dessa conduta com a sua identidade. *“Eu nunca cometeria tal coisa...Preferia matar-me...”; “Nunca faria nada parecido, é contra os meus princípios...”*

5.3. Procedimento

Apenas participaram no estudo os sujeitos que deram consentimento informado, ou os seus tutores no caso de sujeitos menores de idade. A aplicação do protocolo de investigação utilizou a seguinte ordem de aplicação das medidas: prova de motivação moral, escala de integridade e escala de identidade moral. Os dados recolhidos foram inseridos no PASW 18 para a realização das análises estatísticas.

Capítulo 6. Resultados

Análise descritiva

Apresentamos, em seguida, uma análise dos resultados descritivos das duas medidas da motivação moral.

Consciência Moral e Atribuição de Emoções

A Tabela 1 apresenta a ocorrência das categorias de consciência moral.

Tabela 1.
Frequência das categorias de consciência moral

	NT		TR		T		TI	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Infidelidade	11	12,1	5	5,5	74	81,3	1	1,1
Mentira	15	16,5	16	17,6	60	65,9	0	0,0
Fraude	19	20,9	31	34,1	41	45,1	0	0,0
Não cuidar de parente	7	7,7	3	3,3	78	85,7	3	3,3

NT – Não Transgressão; TR – Transgressão relativizada; T – Transgressão; TI – Transgressão Identitária

A avaliação de transgressão foi a mais utilizada em todas as histórias assim como a categoria de transgressão identitária é quase inexistente, ou até mesmo inexistente, em todas as histórias. Contudo, as categorias de transgressão relativizada e não transgressão, são mais utilizadas nas histórias de fraude e mentira, transgressões anti-sociais, que nas histórias de infidelidade e não cuidar de parente, transgressões de cuidado. Na transgressão de fraude, estas duas categorias foram mais utilizadas que o somatório das duas categorias de transgressão.

A maior parte dos sujeitos que avaliaram as diversas situações como sendo uma Não Transgressão apresentam as suas justificações orientadas para os **Ganhos Materiais** obtidos pela ação, como por exemplo “*nos dias de hoje, com a falta de emprego que existe temos de agarrar as oportunidades*”, “*dada a aflição do pai e o desespero para que o filho não fosse preso, não tinha qualquer problema em ajudar aquela família e assim recebia um emprego, e todos ficavam felizes*”, “*cada um é livre de fazer o que quiser e utilizar os meios possíveis para alcançar o fim*”, “*o que importa é que ele está na faculdade*”, o que revela a existência de mecanismos psicológicos orientados para os resultados, para o materialismo, para a ideologia de conveniência.

Tal como verificado por Ferreira (2011), podemos agrupar outras justificações por categorias: (1) **reavaliação das prescrições**, expressa por afirmações como “*ao fazer cábulas está a estudar*” ou “*as cábulas são auxiliares de estudo*”, em que o sujeito altera de forma arbitrária e egocêntrica as regras e normas sociais para justificar uma transgressão; (2) **hipervalorização do impacto de acontecimentos externos induzindo diminuição do controlo pessoal** afirmando, por exemplo, “*era o futuro do sujeito que estava em jogo*”, “*de outra maneira não teria conseguido*”, “*se estava insatisfeita e carente, é normal que aceitasse*”, “*ela estava a passar necessidade*”, relacionada com o controlo pessoal fraco; (3) **a diminuição da obrigação pessoal** onde surgem afirmações como “*usou recursos disponíveis para ultrapassar obstáculos*”, “*se calhar o marido não dava atenção*”, “*não prejudiquei o rapaz, ganhei um emprego*”, “*provavelmente os outros também teriam cábulas*”, onde a legitimidade da ação se apoia na conduta social que é padrão comum; (4) **desvalorização das consequências da acção**, ao afirmar que em situação de fraude “*apesar de serem cábulas também se esforçou a estudar e teve o seu mérito*”, “*o importante é passar*”, em que o sujeito desvaloriza a racionalização mediante a transgressão.

Nas justificações em que os sujeitos identificavam a Transgressão, a maioria das respostas aponta para valores e normas morais como: **a lei**, “*se ele cometeu um crime tem de pagar pelo que fez*”; **a verdade**, “*fez batota*”; **a injustiça de conduta**, “*o que o rapaz fez não será apagado pelo facto de ele não ter ido para a prisão, ele pode cometer novamente por não ter sido punido*; e **o prejuízo da/s vítima/s**, “*não é justo para todos os outros concorrentes à bolsa*”. Ainda relativamente à Transgressão, a maioria dos sujeitos avaliados justificou a Transgressão de Não cuidar de um parente através de justificações não morais, onde emerge a **Autoridade Parental**, presente em diversas afirmações: “*mãe é sempre mãe*”, “*acima de tudo é sua mãe*”, “*foi egoísta e não se preocupou com a família*” ou “*agiu mal porque não se preocupou com a mãe*”.

Os resultados mostram que parece existir uma distinção na utilização das categorias de consciência moral nos diversos tipos de transgressão verificando-se maior similitude na distribuição percentual entre as duas situações anti-sociais e, também, entre as duas situações de cuidado. A percentagem de utilização das categorias transgressão relativizada e não transgressão mostra que as transgressões anti-sociais são mais aceites que as transgressões de cuidado.

A Tabela 2 apresenta a média da intensidade das emoções atribuídas nas quatro transgressões.

Tabela 2.
Médias e desvios-padrão da atribuição de emoções

	Mín	Máx	M	Dp
Infidelidade	1,00	7,00	5,48	1,47
Mentira	1,00	7,00	4,95	1,63
Fraude	1,00	7,00	3,97	1,82
Não cuidar de parente	1,00	7,00	6,09	1,34

Mín – Valor Mínimo; Máx – Valor Máximo; M – Média; Dp – Desvio-padrão

Em todas as transgressões os sujeitos utilizaram o espectro total da escala. Tal como na consciência moral, as emoções atribuídas são distintas nas diversas histórias: emoções claramente negativas nas transgressões de cuidado, não cuidar de parente e infidelidade, emoção negativa mas pouco acima do ponto médio da escala na transgressão de mentira, e emoção positiva embora praticamente no ponto médio da escala para a transgressão de fraude.

Identidade Moral e Integridade

A Tabela 3 apresenta a média dos resultados obtidos na identidade moral e na integridade.

Tabela 3.
Médias e desvios-padrão da identidade moral e da integridade

	Mín	Máx	M	DP
Identidade Moral	4,30	7,00	6,44	,61
Integridade	2,67	6,67	5,24	,91

Mín – Valor Mínimo; Máx – Valor Máximo; M – Média; Dp – Desvio-padrão

Os resultados mostram valores muito altos de identidade moral e positivos de integridade.

Análise das diferenças individuais na variável dependente

Hipótese 1 – Existem diferenças individuais na consciência moral e na atribuição de emoções.

Para avaliar as diferenças entre indivíduos na consciência moral utilizámos o teste de *Friedman* para comparar grupos emparelhados em variáveis de medida ordinal. Foram verificadas diferenças estatisticamente significativas na consciência moral entre indivíduos nas várias acções de transgressão ($\chi^2 = 45,972$; $p = ,000$). As transgressões de Não cuidar de

parente (2,86) e de infidelidade (M=2,73) têm uma média das ordens mais alta do que as transgressões de mentira (2,40) e fraude (2,01).

As diferenças entre indivíduos nas emoções atribuídas nas diferentes histórias foram avaliadas com recurso a GLM para medidas repetidas porque o objetivo era comparar amostras emparelhadas em variáveis de medida intervalar,. Uma vez que se verificou o pressuposto de esfericidade através do teste de Mauchly ($p = ,432$), foi assumida a esfericidade de acordo com pressupostos definidos por Marôco (2000). Foram verificadas diferenças estatisticamente significativas relacionadas com os sujeitos na atribuição emocional nas várias transgressões ($F = 34,241$; $p = ,000$).

Os resultados descritivos já apresentados mostram que nas transgressões de de cuidado, não cuidar de parente e infidelidade, os sujeitos expressam emoções mais negativas e nas transgressões de mentira e fraude expressam emoções menos negativas.

Os resultados confirmam, assim, o pressuposto que afirmava a existência de diferenças individuais na consciência moral e na atribuição de emoções relativas a transgressões.

Análise da associação entre a consciência moral e a atribuição de emoções

Hipótese 2 – Existem diferenças na intensidade das emoções atribuídas em função do tipo de consciência moral, não transgressão, transgressão relativizada e transgressão.

O teste das diferenças na atribuição de emoções, em cada uma das transgressões, em função da consciência moral (tabela 4) foi efetuado com ANOVA one-way porque se pretendia avaliar diferenças numa variável com mais de dois grupos independentes.

Tabela 4.
Diferenças na atribuição de emoções em função da consciência moral

	NT		TR		T		TI	
	M	Dp	M	Dp	M	Dp	M	Dp
I	2,73	1,10	4,80	1,48	5,92	,99	7,00	,00
M	2,73	1,49	4,06	1,44	5,73	,95	-	-
F	2,21	1,08	3,03	1,05	5,49	1,27	-	-
NCP	2,86	1,22	5,00	2,00	6,38	,87	7,00	,00

I - Infidelidade; M – Mentira; F – Fraude; NCP– Não cuidar de parente;

NT – Não Transgressão; TR – Transgressão Relativizada; T – Transgressão; TI – Transgressão Identitária.

M – Média; Dp – Desvio-padrão.

Foram verificadas diferenças estatisticamente significativas em todas as transgressões: de infidelidade ($F = 32,052$; $p = ,000$), de mentira ($F = 46,861$; $p = ,000$), de fraude ($F = 67,107$; $p = ,000$) e de não cuidar de parente ($F = 33,104$; $p = ,000$). Na análise post-hoc verificaram-se os seguintes resultados: na transgressão por infidelidade não foi possível efetuar a análise porque um dos grupos, transgressão identitária, tinha menos de um sujeito; na transgressão por mentira utilizámos o teste Games-Howell em função da inexistência de homogeneidade de variância na amostra, tendo-se verificado diferenças entre todas as categorias; na transgressão por fraude também se obtiveram diferenças entre todas as categorias; finalmente, na transgressão por não cuidar de parente, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre a não transgressão e as categorias de transgressão e transgressão identitária e ainda entre estas duas últimas categorias.

Os resultados descritivos mostram que a categoria transgressão, em todas as transgressões, está relacionada com a emoção mais negativa, e a categoria não transgressão, também em todas as transgressões, está relacionada com a emoção menos negativa. Nas duas transgressões onde foi utilizada por alguns sujeitos a transgressão identitária aparece associada com as emoções mais negativas.

Estes resultados confirmam a hipótese 2 que afirmava a existência de associação entre a consciência moral e a atribuição de emoções.

Associação entre Identidade Moral, Integridade e Motivação Moral

Não efetuámos análises preliminares para o género porque havia uma grande discrepância entre sujeitos masculinos e femininos.

Hipótese 3. Existe associação entre a motivação moral, consciência moral e atribuição emocional, e as variáveis de identidade moral e de integridade.

Para testar a associação com a consciência moral utilizámos o coeficiente de *Spearman* (tabela 5).

Tabela 5. Correlações entre consciência moral, identidade moral e integridade

	I	M	F	NCP
IM	,117	,361	,245	- ,081
ITG	,025	,246	,234	,034

I - Infidelidade; M – Mentira; F – Fraude; NCP– Não cuidar de parente;
IM – Identidade Moral; ITG - Integridade

A identidade moral está associada à consciência moral, nas transgressões de mentira ($p = ,000$) e fraude ($p = ,019$); a integridade também está associada nas transgressões de mentira ($p = ,019$) e fraude ($p = ,026$).

Para testar a associação com a atribuição emocional utilizámos o coeficiente de *Pearson* (tabela 6).

Tabela 6. Correlações entre atribuição de emoções, identidade moral e integridade

	I	M	F	NCP
IM	,191	,238	,234	- ,080
ITG	,133	,253	,215	,040

I - Infidelidade; M – Mentira; F – Fraude; NCP– Não cuidar de parente;
IM – Identidade Moral; ITG - Integridade

Tal como para a consciência moral foi encontrada associação com a identidade moral, nas de mentira ($p = ,023$) e fraude ($p = ,025$), e com a integridade, nas transgressões de mentira ($p = ,016$) e fraude ($p = ,041$).

Os resultados confirmam a associação esperada entre as variáveis de identidade moral e de integridade mas apenas para as duas transgressões anti-sociais.

Capítulo 7. Discussão

Na presente dissertação está patente a tentativa de compreender os componentes psicológicos que favorecem a ação moral, um objetivo que foi operacionalizado pela eleição da variável de motivação moral que, em acordo com Ferreira (2011) é a que melhor representa a tendência dos indivíduos para agirem de uma maneira mais ou menos moral. Ferreira (2011).

Ao presumirmos que a identidade e a consciência moral são estruturas psicológicas que integram emoções, cognições, crenças e valores (Colby & Damon 1992, 1995; Blasi, 1984, 1999, 2004), estamos a assumir um modelo multidimensional na compreensão de processos e componentes indutores da motivação para a ação moral. Ao contrário do que era descrito na teoria de Kohlberg (1992), onde reinava a cognição como motor da ação moral. Por isso, no presente trabalho avaliamos componentes cognitivas, emocionais e de identidade.

Foi com o intuito de procurar uma definição mais ampla do que é a motivação moral que desenvolvemos o presente estudo, a fim de compreender as transformações que se efetuam no desenvolvimento pessoal, moral e identitário de cada indivíduo, para que num futuro próximo se possa intervir nas áreas da psicologia do comportamento disruptivo e da psicologia moral, partindo do pressuposto de que psicológica, social, educativa e juridicamente a motivação moral é um conceito atualmente imprescindível para o melhor conhecimento do *self* de cada ser humano.

Por haver uma escassez nos estudos empíricos referentes a esta temática, e pelas sucessivas deficiências encontradas nas teorias psicológicas existentes, focámo-nos em tentar contribuir para um melhor conhecimento do funcionamento da motivação moral e dos mecanismos que estão por detrás da ação moral.

Na revisão da fundamentação teórica verificamos que as teorias cognitivistas defendem que a motivação moral depende somente do conhecimento das regras e normas sociais e da sua respetiva aprendizagem, integrando-se durante o desenvolvimento sócio-cognitivo e de maturação da estruturas correspondentes (Kohlberg, 1984/1992; Piaget, 1932/1984), isto é, sem conhecer as normas e regras sociais não podem existir ações morais.

Então, se há uma escassez de estudos sobre a motivação moral e tudo o que conhecemos é a cognição como motor da ação moral, qual o papel das emoções e da identidade para a motivação moral? Através dos estudos do Vitimizador feliz (Nunner-Winkler e Sodian 1988), conseguimos compreender que a cognição se mostra insuficiente para explicar a motivação moral, pois não existe uma união coesa entre a motivação moral e a

capacidade cognitiva, nem mesmo um modelo desenvolvimentista que nos faça colocar a cognição no centro do funcionamento moral.

Por tal, decidimos avaliar a motivação moral tendo em conta aspetos emocionais e identitários, a fim de complementar os estudos efetuados por Kohlberg (1984/1992), apoiados no único estudo empírico efetuado por Blasi (1995) que, apesar de ser pouca a investigação, nos fornece uma exuberante compilação de conteúdos essenciais para o estudo do desenvolvimento da identidade moral, definindo a identidade moral como um conceito-chave na motivação para a ação moral, em que nos propõe um ponto de vista essencialmente desenvolvimentista do que é o conceito de *identidade moral*, afirmando esta estrutura psicológica como um contínuo ao longo do processo de maturação do indivíduo, onde é fundamental que haja a integração do conhecimento moral e do *self* numa estrutura psicológica que implica, para além da cognição, emoções e intentos próprios e individuais.

Os estudos do Vitimizador feliz efetuados por Ferreira (2011) mostram-nos que as questões de desenvolvimento sócio-cognitivas não são capazes de explicar a motivação moral na sua totalidade, pois existem variáveis que dela fazem parte, pois os argumentos dos sujeitos que dos seus estudos fizeram parte revelam que a identificação de uma transgressão e a atribuição própria de emoções está altamente relacionada com o *self*, remontando para ações já cometidas pelo próprio, o que levou o autor a desenvolver o conceito de *consciência moral* como uma representação da realidade construída perante situações com conteúdo moral, isto é, integração de regras e normas sociais que surgem num determinado momento social que visam regular a identidade moral de cada sujeito, onde podemos verificar se houve a criação de um compromisso forte ou fraco com essas mesmas regras e normas agora aprendidas.

Contrariamente aos estudos do Vitimizador feliz, a classificação da avaliação de todos os sujeitos, quer tenham identificado as situações como transgressão ou não transgressão, constitui uma base fundamental para uma melhor compreensão do papel da identidade e das emoções na motivação moral e para a própria consciência moral, visto que ao assinalar uma situação imoral como sendo uma não transgressão faz com que identifiquemos esse sujeito como tendo um conhecimento moral não alargado, assumindo a ação como legítima, por não ter conhecimento de que tal comportamento representa algo imoral, sujeitos estes que revelam uma motivação moral baixa. Já os sujeitos que identificam o comportamento transgressor revelam objetividade, visto que há uma manifestação clara dos conteúdos morais que guiam a sua ação moral individual.

No nosso estudo pudemos observar que os sujeitos por nós avaliados quando classificavam uma situação como sendo uma Não Transgressão ou Transgressão Relativizada apoiavam na maioria dos casos a sua escolha através de justificações orientadas para os ganhos materiais que poderiam obter de tal situação, fazendo afirmações como “*consegui o meu objetivo*”, “*preferia ilibar o rapaz e obter o emprego*”, ou até “*tinha conseguido a bolsa que tanto queria*”. Também suportavam as suas justificações orientando-as para aspetos como: a diminuição da obrigação pessoal em casos de transgressão; reavaliação das prescrições para seu benefício próprio; a hipervalorização do impacto de acontecimentos externos que faz com que haja uma diminuição do controlo pessoal; e a desvalorização das consequências que podem advir da situação. Estes sujeitos também demonstram atribuições emocionais menos negativas numa escala de 7 valores, principalmente nas histórias de mentira (M=4,95; DP=1,63) e fraude (M=3,97; DP=1,82). Os sujeitos que avaliaram as situações como sendo uma Transgressão demonstram uma elevada motivação para a ação moral, atribuindo as emoções mais negativas, principalmente nas histórias de cuidado, de não cuidar de um parente (M=6,09; DP=1,34) e de infidelidade (M=5,48; DP=1,47), o que confirma os resultados obtidos por Ferreira (2011) de que existem diferenças individuais na consciência moral e na atribuição de emoções relativas a cada transgressão, e que apoia o modelo de *self* descrito por Blasi (1999, 2004), afirmando que a cognição não é um fator que sozinho possa explicar a motivação moral. Verificamos, também, tal como os autores, que “*a atribuição emocional está associada à consciência moral e que as emoções atribuídas tendem a ser mais negativas nos sujeitos da categoria transgressão, intermédias nos sujeitos da categoria transgressão relativizada e positivas nos sujeitos da categoria não transgressão*” (Ferreira, 2011, p.332).

Observamos, então, diferentes ideologias adotadas pelos diferentes sujeitos, sendo que os sujeitos que classificaram as situações como Não Transgressão ou Transgressão Relativizada adotam uma ideologia de conveniência, onde os seus objetivos se baseiam na satisfação das necessidades próprias, na obtenção de benefícios sociais ou materiais, na aprovação como membro integrante de um grupo e que revelam atitudes e comportamentos egocêntricos (e.g., Schlenker *et al*, 2009; Damon, 1984, Damon & Hart, 1988). Muitos destes sujeitos demonstram uma carência de afetos e empatia que se reflete numa dificuldade extrema de descentração social e cognitiva (Piaget, 1932; Selman, 1980), o que promove a construção de uma identidade deficitária e destruturada.

Os sujeitos que avaliam as situações como Transgressão revelam uma aprendizagem normativa das normas e regras sociais, denominados por *juízos deônticos* (Blasi, 1995; Kohlberg e Candee, 1984), que constituem os pilares da moral. Quando as suas justificações são direcionadas para a incapacidade de realizar determinada ação em função da sua identidade moral onde afirmam “*era incapaz de cometer tal ato*” ou “*estou a pôr em causa os meus princípios morais*”, significa que houve uma assimilação dos conteúdos morais necessários para o desenvolvimento de uma identidade moral coesa (Blasi, 1999, 2004). Podemos, assim, afirmar, que estes sujeitos seguem uma *ideologia de princípios morais* descrita nos trabalhos de Schlenker (2008), que revela uma elevada *Integridade e Responsabilidade Social* (Schlenker *et al.*, 1994, Schlenker *et al.*, 2001).

A confirmação que os indivíduos avaliam diferencialmente as distintas transgressões, ou seja, que o conteúdo influencia a motivação moral e que esta não depende apenas da cognição, confirmam as teses de Blasi (2004) e Ferreira (2011). A relação encontrada entre a intensidade emocional e a consciência moral reforça os pressupostos defendidos por aqueles autores e a pertinência de considerarmos as emoções e a identidade como componentes importantes da motivação moral.

Os nossos resultados também confirmaram a existência de uma associação entre a identidade moral e a integridade nas histórias com a motivação moral mas apenas para as transgressões anti-sociais, de mentira (IM=0,238; ITG=0,246), e de fraude (IM=0,245; ITG=0,234). Estes resultados confirmam os encontrados por Ferreira em 2011 e apoiam a importância das variáveis identitárias na explicação da motivação moral.

Podemos concluir que o facto de um sujeito ter uma identidade moral não significa que esse mesmo sujeito aja de acordo com os seus princípios morais, tal como descrito por Blasi (2004). Existe, sim, influência da identidade moral na motivação moral, mas depende das aprendizagens sociais e educativas que cada indivíduo faz ao longo do seu desenvolvimento socio-cognitivo (Piaget, 1932), em que os sujeitos vão sendo capazes de tomar outros pontos de vista que não só os seus (Selman, 1980) e articular, assim, as suas cognições com as suas emoções, construindo uma identidade moral capaz de veicular a motivação para a ação moral. É, assim, necessário que haja uma exploração identitária constante de conteúdos morais que estejam de acordo com as normas e valores que cada sujeito vai elegendo ao longo da sua vida, em que novos valores e princípios se integram nos já adquiridos, tal como descrito por Piaget (1932) como processos de aquisição e assimilação. Após esta exploração, vamos, com certeza, verificar que sujeitos que efetuam uma exploração

identitária ativa formam compromissos mais consistente com as normas e valores que escolheram e que agora fazem parte da sua identidade e que estão providos de instrumentos psicológicos necessários para uma auto-regulação e um auto-controlo eficazes.

Limitações e implicações para estudos futuros

Sentimos a necessidade de realçar que a medida utilizada para avaliar a motivação moral suscita sentimentos controversos aos sujeitos avaliados durante o período em que a estão a realizar. Talvez seja necessário complementá-lo com mais histórias que, apesar de serem diferentes, retratem o mesmo tipo de transgressão. Também sentimos que não há um verdadeiro conhecimento dos sujeitos que são avaliados, pelo que se propõe a realização de pelo menos uma entrevista conduzida a fim de encontrarmos marcadores desenvolvimentais.

Visto haver uma menor aceitação das transgressões de cuidado mas estas não remeterem para uma avaliação moral ou de integridade, seria importante que se efetuassem novos estudos para se compreender quais serão as variáveis que suportarão a avaliação moral de uma transgressão de cuidado ou se estaremos perante um domínio totalmente independente do domínio moral, ou seja, dos deveres.

Também sentimos que, devido à referida escassez de investigações dentro da temática da presente dissertação, seria necessário efetuar o mesmo estudo mas em diferentes amostras, de forma a que se possa estabelecer um padrão desenvolvimentista desde a infância até à velhice. Será que todos os sujeitos chegam a desenvolver a sua identidade de forma totalitária? É a identidade um conceito estático? São apenas duas questões que, se respondidas, podem vir a ser aliadas da psicologia moral na prevenção e intervenção de comportamentos disruptivos.

Bibliografia

- Abe, J.A. & Izard, C.E. (1999). The developmental functions of emotions: An analysis in terms of Differential Emotions Theory. *Cognition and Emotion*, 13, 523-549.
- Aquino, K. & Reed II, A. (2002). The self-importance of moral identity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 83(6), 1423-1440.
- Arsenio, W. & Kramer, R. (1992). Victimizers and their victims: children's conceptions of the mixed emotional consequences of moral transgressions. *Child Development*, 63, 915-927.
- Bergman, R. (2002). Why be moral? a conceptual model from developmental psychology. *Human Development*, 45, 104-124.
- Bergman, R. (2004). Identity as motivation: toward a theory of the moral self. In D. K. Lapsley & D. Narvaez (Eds), *Moral development, self and identity* (pp. 21-46). NJ: Lawrence Erlbaum.
- Blasi, A. (1980). Bridging moral cognition and moral action: A critical review of the literature. *Psychological Bulletin*, 88, 1-45.
- Blasi, A. (1983). Moral cognition and moral action: a theoretical perspective. *Developmental Review*, 3, 178-210.
- Blasi, A. (1984). Moral identity: its role in moral functioning. In W.M. Kurtines & J.L. Gewirtz (Eds.), *Morality, Moral behavior and Moral Development* (pp. 128-140). New York: John Wiley.
- Blasi, A. (1989). The integration of morality in personality. In I. E. Bilbao (Ed), *Perspectivas Acerca de Cambio Moral. Posibles Intervenciones Educativas*. San Sebastian: Servicio Editorial Universidad Del Pais Vasco.
- Blasi, A. (1995). Moral understanding and the moral personality: The process of moral integration. In W. Kurtines, & J. Gewirtz (eds.). *Moral development: An introduction*. Boston: Allyn and Bacon.
- Blasi, A. (2004). Moral functioning: Moral understanding and personality. In D. K. Lapsley & D. Narvaez (Eds), *Moral development, self and identity* (pp. 335-347). NJ: Lawrence Erlbaum.
- Bordignon, N.A. (2009). *Implicações dos níveis de desenvolvimento moral de Kohlberg na educação superior, um estudo de caso*. Tese de doutoramento, Porto Alegre

- Bretherton, I., Fritz, J., Zahn-Waxler, C. & Ridgeway, D. (1986). Learning to talk about emotions: a functionalist perspective. *Child Development*, 57, 529-548.
- Campos J.J., Barrett K.C., Lamb M.E., Goldsmith H.H., & Steinberg C. (1983). Socioemotional development. In M. M. Haith & J. J. Campos (Eds.) *Handbook of Child Psychology, vol 2: Infancy and developmental psychobiology* (pp. 783-915). New York: Wiley.
- Colby, A. (2002). Moral understanding, motivation and identity. *Human Development*, 45, 130-135.
- Colby, A. & Damon, W. (1992). *Some do care: Contemporary lives of moral commitment*. New York: Free Press.
- Colby, A. & Damon, W. (1995). The development of extraordinary moral commitment. In Killen, M. & Hart, D. (Eds). *Morality in everyday life: Developmental perspectives*. New York: Cambridge University Press.
- Damon, W. (1977). *The Social World of the Child*. San Francisco: Jossey Bass.
- Eisenberg, N. (1986). *Altruistic emotion, cognition and behaviour*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum.
- Erikson, E. (1964). *Insight and responsibility*. New York: Norton.
- Ferreira, A.J. (2011). *À procura da identidade de Heinz. Um modelo de compreensão da motivação moral*. Tese de Doutoramento, não publicado. Lisboa: ULHT
- Ferreira, J. Amorim, F., Patrício, C. Santos, L. & Venâncio, R. (2007). Emoções morais: estudo comparativo em crianças dos 5 aos 12 anos. In. Sargento dos Santos. *Temas Candentes em Psicologia do Desenvolvimento*, (pp. 435-451). Lisboa: Climepsi.
- Ferreira, J. & Sargento dos Santos, P. (2007). Emoções morais: haverá evidência desenvolvimentista? In. Sargento dos Santos. *Temas Candentes em Psicologia do Desenvolvimento*, (pp. 383-407). Lisboa: Climepsi.
- Fogel, A., Nwokah, E., Dedo, J.I., Messinger, D., Dickinson, K.L. Matusov, E. & Holt, S.A. (1992). Social process theory of emotion: A dynamic systems approach. *Social Development*, 1, 122-142.
- Frankfurt, H.G. (1971). Freedom of the will and the concept of person. *The Journal of Philosophy*, 68, 5-20.
- Frankfurt, H.G. (1982). The importance of what we care about. *Synthese*, 53, 252-272.

- Harter, S. & Whitesell, N. (1989). Developmental changes in children's emotions concepts In Saarni, C. & Harris, P. (Eds). *Children's understanding of emotion*, (81-116). New York: Cambridge University Press.
- Inhelder, B. & Piaget, J. (1958). *De la logique de l'enfant à la logique de l'adolescent*. USA, New York: Basic Books
- Keltner, D. & Haidt, J. (1999). Social functions of emotions at four levels of analysis. *Cognition and Emotion*, 13, 505-521.
- Kohlberg, L. (1971.) From is to ought: How to commit the naturalistic fallacy and get away with it in the study of moral development. In Mischel, T., ed. *Cognitive Development and Psychology*. New York: Academic Press. 151-235.
- Kohlberg, L. (1976). Moral stages and moralization: the cognitive developmental approach. In Lickona, T. (Ed), *Moral development and behaviour*, (pp.31-53). New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Kohlberg, L. (1992). *Psicologia del desarrollo moral*. Bilbao: Desclée de Brouwer. (original publicado em 1984).
- Kohlberg, L., & Candee, D. (1984). The relationship of moral judgment to moral action. In W. Kurtines & J. Gewirtz (Eds.), *Morality, moral behaviour, and moral development* (pp. 52-73). New York: Wiley.
- Krettenauer, T. & Eichler, D. (2006). Adolescents self-attributed moral emotions following a moral transgression: Relations with delinquency, confidence in moral judgment and age. *British Journal of Development Psychology*, 24, 489-506.
- Lazarus, R.S. (1991). *Emotion and adaptation*. New York: Oxford University Press.
- Lourenço, O. (1997). Children's attributions of moral emotions to victimizers: Some data, doubts and suggestions. *British Journal of Developmental Psychology*, 15, 425-438.
- Lourenço, O. (1998). Transgressores felizes e infelizes na compreensão de emoções morais na criança. *Psicologia, Educação e Cultura*, II, 2, 241-261.
- Lourenço, O. (2000). A força do pensamento deontico: O vitimizador feliz na atribuição de emoções na criança. *Análise Psicológica*, 1 (XVIII), 71-85.
- Lourenço, O. (2001). Understanding the moral meaning of children's attribution of emotions to victimizers. *Archives de Psychologie*, 69, 63-79.
- Lourenço, O. (2002). *Psicologia de desenvolvimento cognitivo: teorias, dados e implicações*, (2ª edição). Coimbra: Almedina.

- Miller, M.L., & Schlenker, B.R. (2007). *Integrity and identity: Triangulating private and public perceptions of moral identity*. Manuscript under review, University of Florida.
- Murgatroyd, S. & Robinson, E. (1997). Children's and adults attributions of emotions to a wrongdoer: The influence of the onlooker's reaction. *Cognition and Emotion*, 11, 83-101.
- Nunner-Winkler, G. (1984). Two moralities: A critical discussion of an ethic of care and responsibility versus an ethic of rights and justice. In W. M. Kurtines & J. L. Gewirtzm (eds.), *Morality, moral behaviour and moral development*, (pp. 348-361). New York: John Wiley.
- Nunner-Winkler, G. & Sodian, B. (1988). Children's understanding of moral emotions. *Child Development*, 59, 1323-1338.
- Peterson, C., & Seligman, M.E.P. (2004). *Character strengths and virtues: A handbook and classification*. New York: Oxford University Press.
- Piaget, J. (1932). *The moral judgment of the child*. London: Routledge and Kegan Paul.
- Piaget, J. (1936). *La naissance de l'intelligence chez l'enfant*. França, Neuchâtel: Delachau et Niestlé
- Piaget, J. (1973). *The child and reality : Problems of genetic psychology*. New York: Viking.
- Piaget, J.(1983). Piaget's theory. in Mussen, P., Flavell, J., Carmichael, L. & Markman, E. (1983). *Handbook of child psychology* (Vol. 1, pp. 103-128), USA, New York: Wiley
- Pratt, M.W., Skoe, E.E., & Arnold, M.L. (2004). Care reasoning development and family socialization patterns in later adolescence: A longitudinal analysis. *International Journal of Behavioral Development*, 28(2), 139-147. Retirado em 26 de Março, 2009 de www.sagepub.com
- Rest, J. (1984). The major components of morality. In W. Kurtines & J. Gewirtz (Eds), *Morality, moral behavior, and moral development*. (pp. 24-40). New York: Wiley.
- Schlenker, B.R. (1997). Personal responsibility: Applications of the Triangle Model. In L.L. Cummings & B. Staw (Eds.), *Research in Organizational Behavior* (Vol. 19, pp. 241-301). Greenwich, Connecticut: JAI Press.
- Schlenker, B.R. (2008). Integrity and character: Implications of principled and expedient ethical ideologies. *Journal of Social and Clinical Psychology*, vol. 27, 10, 1078-1125.
- Schlenker, B.R., Britt, T.W., Pennington, J.W., Murphy, R., & Doherty, K.J. (1994). The triangle model of responsibility. *Psychological Review*, 101, 632-652.

- Schlenker, B.R., Weigold, M.F., & Schlenker, K.A. (2008). What makes a hero? The impact of integrity on admiration and interpersonal judgment. *Journal of Personality*, 76, 323-355.
- Schlenker, B.R., Miller, M.L., & Johnson, R.J. (2009). Moral identity, integrity, and personal responsibility. In D. Narvaez & D.K. Lapsley (Eds), *Moral self, identity and character*. New York: Cambridge University Press.
- Selman, R. (1980). *The Growth of Interpersonal Understanding – Development and Clinical Analyses*. USA, New York: Academic Press
- Strauss, A.L. & Corbin, J. (1990). *Basics of qualitative research: Grounded Theory. Procedures and Techniques* (2nd ed.). London: Sage.
- Walker, L.J. (1980). Cognitive and perspective-taking prerequisites for moral development. *Child Development*, 51.
- Yuill, N., Perner, J., Pearson, A., Peerbhoy, D. & Ende, J. (1996). Children's changing understanding of wicked desires: From objective to subjective to moral. *British Journal of Developmental Psychology*, 14, 457-475

Índice Remissivo Onomástico

A

Abe, J.A., 16
Aquino, K., 20
Amorim, F., 18
Arnold, M.L., 25
Arsenio, W., 18

B

Barrett K.C., 17
Bergman, R., 20
Blasi, A., 9, 10, 11, 17, 20, 21, 25, 26, 41, 42, 43, 44, 45, 46
Bordignon, N.A., 13
Bretherton, I., 17
Britt, T.W., 22, 23, 25, 32

C

Campos J.J., 17
Candee, D., 13, 14, 20, 46
Colby, A., 20, 41, 43
Corbin, J., 29

D

Damon, W., 20, 41, 43, 45
Dedo, J.I., 16
Dickinson, K.L., 16
Doherty, K.J., 22, 23, 25, 32

E

Eichler, D., 25
Eisenberg, N., 17
Erikson, E., 21
Ende, J. 18

F

Ferreira, A.J., 9, 10, 13, 14, 16, 16, 18, 20, 21, 25, 26, 28, 29, 32, 35, 41, 42, 43, 44, 45
Fogel, A., 16
Fritz, J., 17

G

Goldsmith H.H., 17

H

Holt, S.A., 16
Harter, S., 18
Haidt, J., 16, 17

I

Inhelder, B., 13

Izard, C.E., 16

J

Johnson, R.J., 23, 25

K

Kramer, R., 18

Keltner, D., 16, 17

Kohlberg, L., 9, 10, 13, 14, 17, 20, 41, 43, 44, 46

Krettenauer, T., 25

L

Lamb, M.E., 17

Lazarus, R.S., 16

Lourenço, O., 17, 18

M

Miller, M.L., 22, 23, 25

Murphy, R., 22, 23, 25, 32

Murgatroyd, S., 18

Messinger, D., 16

Matusov, E., 16

N

Nwokah, E., 16

Nunner-Winkler, G., 11, 17, 25, 43

P

Patrício, C., 18

Pearson, A., 18

Peerbhoy, D., 18

Pennington, J.W., 22, 23, 25, 32

Perner, J., 18

Peterson, C., 22

Piaget, J., 9, 10, 13, 14, 43, 45, 46

Pratt, M.W., 25

R

Reed II, A., 20

Ridgeway, D., 17

Robinson, E., 18

Rest, J., 14, 16, 25

S

Steinberg C., 17

Santos, L., 18

Sargento dos Santos, P., 17, 18

Selman, R., 10, 13, 45, 46

Sodian, B., 11, 17
Seligman, M.E.P., 22
Skoe, E.E., 25
Schlenker, B.R., 11, 22, 23, 25, 28, 32, 45, 46
Schlenker, K.A., 25, 28
Strauss, A.L., 29

V

Venâncio, R., 18

W

Whitesell, N., 18
Weigold, M.F., 23, 25, 28
Walker, L.J., 13

Y

Yuill, N., 18

Z

Zahn-Waxler, C.,